

Ata da 17ª Reunião do Conselho Fiscal do Instituto da Previdência Municipal de Pouso Alegre-IPREM

Às 14 horas do dia 27 de abril de 2020, na sede do Instituto de Previdência Municipal-IPREM- sob a presença dos membros Pedro Monticeli, João Batista Ribeiro, Paulo Henrique Reis da Costa, Nicholas Ferreira da Silva e Roseane Denise Pereira Cimadon, realizou-se a 17ª Reunião do Conselho Fiscal do Instituto da Previdência Municipal de Pouso Alegre. Dando início aos trabalhos, o Conselheiro Nicholas Ferreira apresentou a pauta a ser discutida na reunião com seguintes assuntos: **I- Análise das Demonstrações Contábeis; II- Conferência das contribuições previdenciárias recolhidas no mês de março de 2020; III- Análise de desempenho da carteira de investimentos do Iprem do mês de março de 2020; IV- Aprovação do Enquadramento dos Investimentos do Iprem Exercício de 2019; V- Análise do parecer do Departamento Jurídico do Iprem sobre Regimento Interno do Conselho Fiscal; VI- Análises dos Processos de Aposentadoria de fevereiro de 2020.** Com relação ao Item I da Pauta, foram apresentados demonstrativos contábeis para análise. Os balancetes de verificação não foram encaminhados para análise do Conselho. Verificou-se que os gastos com pessoal totalizaram o valor de **R\$ 3.638.613,28 no mês de março de 2020**. Desse valor, pode-se constatar o montante de R\$ 3.087.597,63 decorre de benefício de aposentadoria e o montante de R\$ 383.035,60 se refere a benefício com pensão. Os vencimentos, horas extras, subsídio da Diretora Presidente e encargos patronais totalizaram o montante de R\$ 177.975,03 no mês de março de 2020. Também foi verificado que o saldo bancário total em março de 2020 foi de R\$ 408.683.029,02. Os Conselheiros Paulo e João verificaram inconsistências entre o saldo anterior e o saldo atual nos balancetes de despesas encaminhados. Após discussões, ficou decidido solicitar esclarecimento a contadora Juliana Maris. Além disso, ficou decidido solicitar para as próximas reuniões o relatório de despesas por categoria econômica. **Quanto ao Item II**, os Conselheiros verificam o recolhimento de contribuições previdenciárias da Prefeitura no valor de R\$ 3.808.302,14 em 08 de abril de 2020, portanto dentro do prazo legal. A Câmara Municipal depositou suas contribuições previdenciárias em 26 de março de 2020, valor de R\$ 130.129, 26. Constatou comprovante de pagamento de guia no valor de R\$ 317,22 que se refere a contribuições previdenciárias de fevereiro de 2018 da Câmara Municipal não recolhidas no prazo legal e apuradas pela auditoria realizada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais. Não foram encaminhados os comprovantes de pagamento das contribuições previdenciárias do IPREM do mês de março de 2020. Ficou decidido solicitar o comprovante para que seja analisado na próxima reunião. **Quanto ao item III**, os Conselheiros verificaram que problemas econômicos globais ocasionados em virtude da pandemia do coronavírus afetaram severamente a carteira de investimentos do IPREM, o que pode ser observado nos fundos de investimentos em renda variável, além de variações negativas na renda fixa. A Carteira de Investimentos do Iprem fechou o mês de março de 2020 com o montante de **R\$ 406.097.526,95**. Constatou uma perda de **R\$ 38.923.806,18 comparado com o saldo de fevereiro de 2020**. Os Conselheiros demonstraram grande preocupação com as perdas, pois não há uma definição clara sobre qual será o caminho da economia nos próximos meses. O Conselheiro Nicholas informou que o comitê de investimentos vem traçando diversos cenários, a fim de indicar qual a melhor ação na alocação de recursos do Instituto. Em seguida e através de conversa por vídeo conferência, o servidor Anderson relatou melhora no saldo da Carteira de Investimentos no mês de abril de 2020. O servidor também informou que a crise política ocasionada pela saída do Ministro Sérgio Moro poderá afetar o mercado e carteira de investimentos do Instituto no fechamento do mês

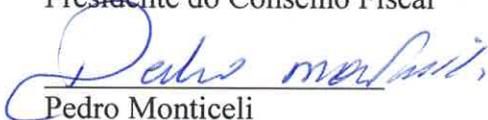
de abril de 2020. Por sequência, os Conselheiros participaram de vídeo conferência com a Diretora Presidente, Sra. Fátima Belani, para obter maiores informações sobre o **item IV da pauta**. A Diretora iniciou dizendo que trata de necessidade de verificação por parte do Conselho Fiscal da conformidade dos investimentos realizados pelo IPREM, Plano Anual de Investimentos e Resolução BACEN 3922/2010 com objetivo de Certificação do Pró- Gestão do IPREM destinado a reconhecer a excelência e as boas práticas de gestão. A Diretora informou dificuldade de como iniciar o relatório mensal de investimentos que será submetido ao Conselho Fiscal. Via whatsapp repassou ao Presidente do Conselho Fiscal modelo do Instituto Brusquense de Previdência. Relatou também a importância do Conselho Fiscal em ser mais ativo na gestão, tendo como a obrigatoriedade de zelar pela gestão financeira do Instituto. Informou que o Instituto iniciou processo de contratação de empresa para dar cursos sobre investimentos para os conselheiros, entretanto o andamento do processo foi prejudicado pela pandemia do coronavírus. A Diretora também relatou encaminhamento ao Executivo de minuta do Projeto de Lei que trata das adequações previdenciárias previstas na EC 103/2019. Logo após, a Diretora Presidente encaminhou pedido de cobrança extrajudicial ao Executivo de multas e juros sobre contribuições previdenciárias pagas em atraso. Também encaminhou a resposta do Executivo que não reconhece a dívida. Por fim, solicitou posicionamento do Conselho Fiscal sobre a questão. Os Conselheiros agradeceram as explicações da Diretora Presidente. Em seguida, os Conselheiros debateram a questão da cobrança das multas e juros sobre contribuições previdenciárias pagas em atraso. Todos os membros concordaram com ajuizamento de ação por parte do IPREM para recebimento dos referidos valores, pois há previsão legal para tal cobrança na Lei 4643/2007. **Em relação ao item IV da pauta**, foram analisados o relatório de investimentos de dezembro de 2019 emitido pela empresa LDB, a ata do comitê de investimentos de janeiro de 2020, a Política Anual de Investimentos 2019 e relatório de informações dos 17 fundos ilíquidos do IPREM com objetivo de dar parecer sobre o enquadramento e conformidade dos investimentos do Exercício de 2019. Com base nas análises dos documentos, o Conselho é de opinião unânime que os fundos líquidos estão em consonância com o Plano Anual de Investimentos 2019 e a Resolução 3922/2010. Por se tratar de assunto bem complexo, os Conselheiros reconhecem a necessidade do IpreM fornecer cursos de capacitação a todos os membros sobre fundos de investimentos com objetivo de auxiliar aos Conselheiros em seu processo de decisão. **Quanto ao item V**, fica decidido agendar uma reunião com o Conselho Deliberativo para analisar as questões levantadas pelo Departamento Jurídico do IpreM em seu Parecer 12/2020. **Em relação ao Item VI**, a servidora Juliana Mota informou que houve erros formais em processos de aposentadoria de março de 2020 e que os mesmos serão corrigidos e encaminhados para análise do Conselho Fiscal na reunião de maio de 2020. Nada mais havendo a tratar, a reunião fica encerrada às 17h 30. Eu, Nicholas Ferreira da Silva, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e demais membros presentes.



Nicholas Ferreira da Silva
Presidente do Conselho Fiscal



João Batista Ribeiro
Membro do Conselho Fiscal



Pedro Monticeli
Membro do Conselho Fiscal



Paulo Henrique Reis da Costa
Secretário do Conselho Fiscal

Roseane Denise Pereira Cimadon
Membro do Conselho Fiscal